
Sumário

PARTE I DIREITOS DO CONSUMIDOR

Maria Eugênia Reis Finkelstein

Lista de abreviaturas	XVII
1. INTRODUÇÃO	3
1.1. O Código de Defesa do Consumidor Brasileiro	4
1.2. O Código de Defesa do Consumidor e a realidade brasileira ...	5
2. RELAÇÃO DE CONSUMO	7
2.1. Partes e objeto da relação de consumo	7
2.2. Consumidor	8
2.2.1. Hipossuficiência	15
2.2.2. O Estado figurando como consumidor	17
2.3. Fornecedor	18
2.4. Objeto das relações de consumo	20
2.5. Relação de consumo: principiologia e direitos básicos do consumidor	23
2.5.1. Princípios do Código de Defesa do Consumidor	23
2.5.2. Princípio da Vulnerabilidade	24

2.5.3. Princípio da ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor	25
2.5.4. Princípio da harmonização dos interesses dos consumidores e fornecedores	25
2.5.5. Princípio da Educação e Informação	26
2.5.6. Princípio do controle de qualidade e mecanismos de atendimento pelas próprias empresas	26
2.5.7. Princípio da coibição e repressão de abusos	27
2.5.8. Princípio da Racionalização e Melhoria dos Serviços Públicos	28
2.6. Direitos básicos do consumidor	29
3. QUALIDADE E SEGURANÇA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	37
4. A RESPONSABILIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	45
4.1. Noções históricas	49
4.2. O dano e sua reparação integral	53
5. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU SERVIÇO	57
5.1. O defeito do produto	58
5.2. Teoria do Risco do Desenvolvimento	60
5.3. O fornecedor do produto	61
5.3.1. Fornecedor imediato	62
5.3.2. Fornecedor mediato	64
5.4. Responsabilidade pelo Fato do Serviço	65
5.4.1. Responsabilidade do profissional liberal	65
5.4.2. Exclusão da responsabilidade do fornecedor	66

6. RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO	69
6.1. Vício do Produto	70
6.2. Responsável pelo vício do produto	73
6.3. Sanções para o vício de qualidade	74
6.4. Sanções para o vício de quantidade	75
6.5. Vícios do serviço	76
6.6. Quadro resumo	77
7. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	79
7.1. Hipóteses de Óbices à Decadência	84
7.2. Prazos Prescricionais no Código de Defesa do Consumidor – art. 27	85
8. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	89
8.1. Introdução	89
8.2. Conceito	91
8.3. A regulamentação da teoria no Código de Defesa do Consumidor	93
8.4. Aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica	96
9. PRÁTICAS COMERCIAIS	97
9.1. Introdução	97
9.2. Práticas Abusivas	99
9.2.1. Sanções	101
9.3. Oferta	108
9.4. Publicidade	110

10. PROTEÇÃO CONTRATUAL	115
10.1. Interpretação dos Contratos de Consumo	115
10.2. Direito de Arrependimento – Conceito e Fundamento...	116
10.3. Requisitos para o exercício do direito de arrependimento	118
10.4. Garantia contratual	118
10.4.1. Garantia legal x garantia contratual	118
10.5. Termo de garantia	119
10.6. Cláusulas abusivas	120
10.6.1. Introdução	120
10.6.2. As Cláusulas Abusivas	122
10.6.3. Da coerção das cláusulas abusivas pelo Código de Defesa do Consumidor	123
10.6.4. Do controle de cláusulas abusivas	125
10.6.5. Nulidade das cláusulas abusivas	126
10.7. Contratos de Adesão	130
10.7.1. Considerações gerais	130
10.7.2. Contratos de adesão e cláusulas abusivas	131
10.7.3. Regras do contrato de adesão	132
10.8. SNDC – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor ...	133
10.8.1. Sanções administrativas	135

PARTE II

DIREITO PROCESSUAL

Fernando Sacco Neto

1. TUTELA PROCESSUAL DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	143
1.1. Observações iniciais	143
1.2. Diplomas legislativos	145
1.3. Código de Defesa do Consumidor	148

1.4. Aplicação subsidiária do CPC nas lides envolvendo relações de consumo	153
2. AÇÕES JUDICIAIS	157
2.1. Facilitação do acesso do consumidor à justiça	157
2.1.1. Visão do STJ	165
2.2. Litigar individual ou coletivamente?	166
2.2.1. Princípios específicos do direito processual coletivo ..	169
3. ÔNUS DA PROVA	173
3.1. Observações gerais	173
3.2. Requisitos	176
3.2.1. Hipossuficiência	176
3.2.2. Verossimilhança	178
3.3. <i>Ope iudicis x ope legis</i>	180
3.4. Momento da inversão	183
3.5. Ônus econômico	186
4. COMPETÊNCIA	189
4.1. Ação individual	189
4.2. Ações coletivas	191
5. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	199
5.1. Denominação	199
5.2. Objeto	200
5.3. Modalidades de tutela	202
5.3.1. Tutelas de urgência	203
5.3.1.1. Tutela antecipada em face da Fazenda Pública...	205
5.4. <i>Astreintes</i>	207
5.5. Sentença	209

5.6. Cumprimento da sentença e liquidação	210
5.7. Legitimidade ativa	213
5.7.1. Ministério Público	218
5.7.2. Associações civis	226
5.7.2.1. Observações gerais	226
5.7.2.2. Requisitos	227
5.7.2.3. Associados e não associados	230
5.7.2.4. Art. 2º-A da Lei nº 9.494/1997	231
5.7.3. Defensoria, Estado e OAB	234
5.8. Coisa julgada	236
5.8.1. Observações iniciais	236
5.8.1.1. Interesses difusos	237
5.8.1.2. Interesses coletivos	239
5.8.1.3. Interesses individuais homogêneos	241
5.8.2. Litispêndência da ação coletiva com a individual ...	243
5.8.3. Art. 16 da LACP	244
6. INQUÉRITO CIVIL	249
7. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)	253
8. CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO	255
Bibliografia	257